



Carta-Aberta à Sociedade e aos (às) Candidatos (as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidades pós-pandemia

15 pontos em destaque – CAU/TO

A “Carta-Aberta à Sociedade e aos (às) Candidatos (as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidades pós-pandemia”, é um esforço dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil para contribuir com as discussões das nossas cidades neste momento de escolha democrática dos seus representantes.

O CAU/TO destaca 15 pontos que considera ser os mais relevantes para a realidade dos municípios tocaninenses, com o apontamento de algumas estratégias para sua implementação.

Proposição 1. Universalizar o saneamento básico e integrá-lo a outros planos como as políticas públicas de saúde, os planos de habitação, arborização, recursos hídricos e resíduos sólidos.

- Melhoria na arborização das cidades – hoje o que vemos são *playgrounds* infantis e ciclovias ao sol, escolas e creches municipais sem árvores; é necessário focar em um programa no âmbito do município para o plantio de árvores e a melhoria das condições climáticas de nossas ruas e praças;
- Planejar a implantação da coleta seletiva, talvez implantado primeiramente nos condomínios e em alguns bairros da cidade, e reverter estes materiais para as cooperativas de catadores existentes no município, e sistematicamente ampliar o alcance do programa.

Proposição 2. Aplicar a Lei 13.465/2017 da REURB, visando a qualificação urbanística e da paisagem da área, simultaneamente à concessão de título de propriedade: titularização da propriedade vinculada à urbanização, ao direito à cidade;

- Os municípios devem se organizar para aplicar a legislação, identificando as áreas irregulares, seus promotores, quais as atividades necessárias para regularizar e quais os custos envolvidos para dotar de infraestrutura ao longo do tempo;
- A responsabilidade e os custos devem ser compartilhados entre o município e o(s) promotor(es) envolvido(s);
- A RF deve ser vista como um investimento do município, já que, além da melhoria da qualidade de vida dos moradores, proporciona acesso dos mesmos às instituições financeiras/bancárias e é uma maneira do município melhorar sua arrecadação.

Proposição 3. Aplicar a Lei 11.888/2008 da ATHIS, vinculada às políticas públicas de saúde, e saneamento e regularização fundiária; ATHIS, entendida como um meio de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda;

- ATHIS = Assistência técnica para habitação de interesse social;
- É uma das maneiras mais baratas de assistir famílias mais carentes; possibilita que técnicos acompanhem e gerenciam obras de melhoria junto à comunidade, maximizando investimentos públicos (RF, melhorias habitacionais, reformas e ampliações, etc.) e das próprias famílias (pequena poupança, mutirão, etc.);
- Permite a utilização de recursos governamentais – Emendas de Deputados; Programa Casa Verde e Amarela;



- O CAU/TO é um parceiro para a implantação da ATHIS nos municípios tocantinenses, ficando o Conselho de Arquitetura a disposição para implementar essa política habitacional no seu município também.

Proposição 4. Fortalecer e revitalizar os centros das cidades e seus espaços livres públicos, por meio da proposição de habitação para as múltiplas faixas de renda, sobretudo nos imóveis abandonados ou subutilizados, da locação social, de usos mistos e a multifuncionalidade, evitando a criação de novos bairros em áreas distantes e desconectadas das redes de infraestrutura urbana.

- Trabalhar com os instrumentos dos Planos Diretores, inibindo a especulação fundiária (construção compulsória, execução de devedores do IPTU em atraso, IPTU progressivo, arrecadação de imóveis, etc.) e incentivando a construção em terrenos centrais (descontos e isenções de taxas e impostos, aumento de potencial construtivo, investimento público em melhoria de infraestrutura, etc.).

Proposição 5. Criar ações de desenvolvimento integrado em áreas periféricas e bairros afastados, de forma a provê-los de infraestrutura, reverter a segregação sócio territorial, integrá-las e conectá-las aos centros urbanos.

- Planejamento sustentável para atendimento das comunidades de bairros periféricos sem infraestrutura; melhoria sistemática dessas localidades, estabelecendo critérios para melhoria da qualidade de vida; incentivar a participação dos próprios moradores.

Proposição 6. Otimizar a infraestrutura urbana instalada, investindo inclusive em projetos da chamada infraestrutura verde, da aplicação dos instrumentos urbanísticos de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios em vazios urbanos, visando o adensamento e evitando o espraiamento do Perímetro Urbano.

- Esse tópico está especialmente relacionado com os tópicos 4 e 5;
- Ponto central no planejamento das cidades - incentivar a ocupação das áreas que já possuem infraestrutura em vez de incentivar a abertura de novos loteamentos e novos bairros - **“a cidade tem que crescer para dentro, com qualidade e inteligência”**. Para tal, seria necessário adequar a Lei de Uso Do Solo, de forma a garantir maior gabarito nas áreas mais dotadas de Infraestrutura.

Proposição 7. Equipar os diferentes bairros, com especial atenção às periferias urbanas, universalizando o acesso a serviços básicos em curtas distâncias.

Proposição 8. Fomentar a agricultura urbana, a criação do pescado e atividades extrativistas, assim como a produção agropecuária familiar, de forma a fortalecer as dinâmicas socioeconômicas em todo território municipal.

- Qualificar os espaços públicos, permitindo que sejam efetivamente ocupados e utilizados pela população;
- Hortas urbanas;
- Incentivar o plantio em terrenos vazios.



Proposição 9. Estabelecer parcerias com universidades para o desenvolvimento conjunto de projetos de extensão para melhorias urbanas e habitacionais, valendo-se do princípio da difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, conforme previsto na Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).

Proposição 10. Investir em segurança pública associada às políticas de desenvolvimento urbano inclusivo e participativo.

- Um dos grandes redutores de criminalidade em regiões violentas é a criação de espaços urbanos de convívio popular, de forma que a população possa se apropriar destes espaços tornando-os mais frequentados e seguros.

Proposição 11. Planejar as diversas escalas da paisagem, visando o desenvolvimento local, promovendo atividades econômicas e sociais, construindo convergências com o planejamento municipal, planos metropolitanos e planos estaduais.

Proposição 12. Garantir a segurança nos espaços públicos através da ativação e manutenção de praças, parques e calçadas, priorizando os percursos de pedestres e o desenho de ruas com qualidade e incluindo arborização, mobiliário e iluminação urbanos.

Proposição 13. Colocar as pessoas no centro do planejamento e da gestão pública e inverter a pirâmide da Mobilidade Urbana Sustentável, fomentando a mobilidade ativa, através da qualificação dos percursos pedonais e ampliação da rede de ciclovias de forma integrada aos sistemas de transporte coletivo, que devem ser dimensionados de modo a atender às novas demandas provenientes do crescimento de bairros periféricos e a integração intermunicipal.

- Soluções de transporte sustentável, que atenda as demandas atuais e que seja escalável – adaptando-se à demanda e aos avanços tecnológicos;
- Trabalhar outras políticas públicas, principalmente de habitação, emprego e de desenvolvimento urbano, junto ao desenvolvimento do transporte.

Proposição 14. Permitir o acesso às cidades por todas as pessoas, independentemente de condição de deficiência, cor, gênero, etc., através da acessibilidade e desenho universal.

- Calçadas acessíveis;
- Transporte público acessível;
- Acessibilidade em prédios públicos e de uso público.

Proposição 15. Investir na ampliação e qualificação da rede ferroviária e hidroviária visando maior integração do território municipal às regiões metropolitanas, assim como dos territórios urbanos e metropolitanos.

- Principalmente em cidades influenciadas pela Ferrovia Norte/Sul.
- Rede hidroviária e transporte fluvial nas cidades influenciadas pelo Rio Tocantins e Rio Araguaia.